



Diretores da gestão “Sindicato é uma questão de Classe” tomaram posse em junho com o desafio de restabelecer o diploma como exigência para o exercício profissional



EXTRA PAUTA

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | Nº 86 | Agosto/2009 | www.sindijorpr.org.br

CAI O DIPLOMA

Jornalistas e estudantes de todo país se mobilizam

No dia seguinte à decisão do STF, pipocaram manifestações de estudantes e jornalistas indignados com o Supremo. Sindicatos e Fenaj, por sua vez, atuam junto ao Congresso para restabelecer a regulamentação da nossa profissão

Giuliano Gomes Roman



HORAS EXTRAS

Sindicato busca diálogo com GPP para evitar fechamento de jornal.

)) Página 4

FIM DE DIREITOS

RPC propõe acordo a seus funcionários inferior aos direitos garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho.

)) Página 5

DEMISSÕES

Sindicato entra com ação contra demissões coletivas na Folha de Londrina.

)) Página 9

FENAJPREV

Os jornalistas têm, agora, um plano próprio de previdência complementar.

)) Página 12

Reagir à altura, coletivamente

OS JORNALISTAS brasileiros vivem hoje um impasse histórico. A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal foi um dos piores ataques sofridos pela categoria em toda a sua história. Um ataque que exige uma reação à altura.

A maioria dos ministros do STF atendeu à vontade dos donos dos veículos de comunicação. Confundiu exercício profissional com liberdade de expressão. Tal como fez ao julgar a Lei de Imprensa, o tribunal demonstrou desconhecimento sobre o tema. Ao derrubar o diploma, reforçou o poder discricionário dos donos da mídia e rebaixou a importância da formação superior em jornalismo.

Como reagir? A decisão do Supremo é reversível no âmbito do Congresso Nacional. Afinal, a função de legislar cabe aos representantes eleitos para o parlamento, não ao judiciário.

Tramitam no Congresso propostas de emenda

constitucional que preveem a volta da exigência do diploma. Para aprová-las, são necessários os votos de pelo menos 308 deputados e de 49 senadores. Uma frente parlamentar está em formação para agilizar a tramitação dessas propostas.

Outro campo de ação é a Confecom, cuja etapa estadual acontece de 23 a 25 de outubro. Além de debater as questões gerais sobre a democratização da mídia, os jornalistas precisam pautar na conferência a importância de temas como a formação superior e a própria regulamentação profissional.

Cabe ao Sindijor-PR, às demais entidades sindicais e à Fenaj organizar esta luta. Mas cabe fundamentalmente aos jornalistas e aos estudantes se mobilizar. Sem pressão, não há avanços. Participar das atividades e manifestações pró-diploma, conversar sobre o assunto com os colegas de trabalho, entrar em contato e pressionar

os parlamentares são iniciativas imprescindíveis para a construção de uma reação organizada e coletiva.

Campanha salarial

A data-base da categoria no Paraná, no dia 1º de outubro, é um período que deve ser usado para ampliar a organização dos jornalistas em cada local de trabalho.

No início de agosto, o Sindicato apresentou à categoria, em assembleia, a proposta de pauta de reivindicações. Essa proposta ainda será debatida nas redações antes de ser aprovada e enviada à entidade patronal.

Além de garantir a manutenção de todos os nossos direitos e a reposição da inflação e das perdas salariais, o Sindijor-PR propõe uma série de avanços, como, por exemplo, um aumento real de 5,5%. Integrar-se à campanha salarial e às lutas da categoria em defesa da profissão e por um país justo é tarefa de todos.

EXPEDIENTE

EXTRA PAUTA é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax: (041) 3224-9296. E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br

Jornalista responsável: Maiguel Gueths (MTB 1044)

Redação: Adir Nasser Junior
extrapauta@sindijorpr.org.br

Colaboraram: Aníela Almeida, Emerson Castro, Fernando César de Oliveira, Márcio Rodrigues, Roger Pereira

Fotografias: Gustavo Vidal, Giuliano Gomes, Deta Almeida, Breno Pataro, Pedro Serápio, Valquir Aureliano

Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor
(www.ctrlscomunicacao.com.br)

Impressão: Helvética Composições Gráficas Ltda. (Rua Des. Westphalen, 3047 - Curitiba-PR)

Tiragem: 3.800 exemplares
As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.

DIRETORIA ESTADUAL

Diretor-presidente: Márcio de Oliveira Rodrigues, **Diretor-executivo:** Gustavo Henrique Vidal, **Diretora financeira:** Aníela Gisleine de Almeida, **Diretor de Defesa Corporativa:** Pedro Alexandre Serápio, **Diretor de Fiscalização do Exercício Profissional:** Wilson Soler, **Diretor de Formação:** Roger Azevedo Costa Pereira, **Diretor de Saúde e Previdência:** Luiz Roberto Krul, **Diretor de Imagem:** Franklin de Freitas, **Diretor de Ação para a Cidadania:** Fernando César Borba de Oliveira, **Diretoras de Cultura:** Ângela Maria Ribeiro e Carolina Siedlecki, **Diretora administrativa de Assessoria de Comunicação:** Renata Alves Sguissardi, **Diretora administrativa de Delegacias Regionais e Interior:** Mauren Lucrecia, **Diretora administrativa de Professores e Estudantes:** Sílvia Calciolari, **Diretor administrativo Institucional:** Davi Silvestre Macedo, **Diretora administrativa de Comunicação:** Maiguel Gueths

DELEGACIAS REGIONAIS

FOZ DO IGUAÇU: Vice-presidente regional: Wemerson Augusto da Silva Pinheiro, **Diretor de Cultura:** Marcos Aurélio de Oliveira, **Diretor de Defesa Corporativa:** Alexandre André de Almeida Palmar, **Diretora de Ação para a Cidadania:** Luana Valério, **Diretora de Formação:** Patrícia Lilianna Lunovich, **Diretor de Saúde e Previdência:** Douglas Andrade Furiatti, **Diretor de Imagem:** José Roberto Geremias, **Conselho Fiscal:** Sulamita Mendes, Leandro José Taques, Cristiane de Paula Chaurais, **Suplentes:** Samuel Milleo e João Augusto Moliani

ARTIGO

O Supremo errou, cabe consertar

OS MINISTROS que votaram contra a exigência do diploma, sob a alegação de cerceamento da liberdade, erraram. Seguiram um relator subserviente à grande mídia, certo de que esta retribuiria o favor, o que aliás já vem acontecendo. Mostraram em seus votos desconhecer a matéria em julgamento.

Nunca houve, nos mais de quarenta anos de vigência da lei, qualquer violação da liberdade que tivesse sido decorrente de sua aplicação. Houve, sim, censura prévia durante a ditadura e censura empresarial depois dela, fatos sem nenhuma relação com a exigência do diploma.

O Supremo Tribunal Federal cometeu um grave erro ao acabar com a exigência do diploma para o exercício profissional do jornalismo. Como guardião da Constituição brasileira, o STF entendeu que uma de suas cláusulas – a que garante a livre manifestação de pensamento – estaria sendo violada pela lei que regulamentou a profissão de jornalista.

Os nobres julgadores parecem não ler jornais, ouvir rádio ou ver televisão. Neles, todos os dias opinam profissionais de todas as áreas sem qualquer obstáculo. Portanto, a exigência do diploma não fere a Constituição e esta deveria ser a singela resposta do Supremo aos autores da ação, não por acaso entidades patronais do setor.

É nas faculdades que se formam jornalistas críticos, não apenas da sociedade, mas principalmente da mídia, ca-

pazes de saber com clareza onde estarão pisando quando se formarem. É tudo que os donos dos meios não querem.

A luta deles pelo fim do diploma resume-se a dois objetivos: destruir a regulamentação da categoria aviltando ainda mais os salários e as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, evitar a presença em suas redações de jornalistas que possam, ainda que minimamente, contestar – com conhecimento de causa – o poder por eles exercido sem controle. Querem escolher a dedo pessoas dóceis e subservientes e transformá-las nos “seus” jornalistas. Transfere-se dessa forma da esfera pública para o setor privado a decisão de definir quem pode ou não ser jornalista.

Outro argumento ridículo usado pelos juizes do Supremo é que o diploma era um entulho autoritário produzido pela ditadura militar. Bastava uma breve consulta aos anais de todos os encontros e congressos de jornalistas para perceber que tal afirmação é insustentável. Em 1918, quarenta e seis anos antes de se instalar a ditadura de 64, os jornalistas reunidos em Congresso no Rio de Janeiro já defendiam a formação específica em jornalismo para o exercício da profissão.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros publicou decreto regulamentando a profissão. A partir daí, o seu exercício ficou restrito aos portadores de diploma específico de nível superior. Como agora, as empresas jornalísticas se mobilizaram e conseguiram, um ano depois, a revo-

gação do decreto pelo presidente João Goulart. Mas, em compensação, foi criada uma comissão para dar nova forma à legislação. O resultado foi a volta da exigência da formação superior, embora admitindo o autodidata e o reconhecimento de jornalistas sem diploma nas cidades em que não havia faculdades de Jornalismo. O decreto-lei de 1969 apenas acabou com o autodidatismo, mas permitiu a existência do jornalista provisionado, aquele que já exercia a profissão antes da promulgação da lei.

Foi graças à mobilização e à pressão da categoria que, depois de mais de 50 anos de luta, conquistou-se a exigência do diploma nos termos previstos desde o final da segunda década do século 20. Além de errarem, os juizes do Supremo foram irresponsáveis por não medirem as consequências da decisão tomada.

Mas há conserto. Tramitam no Congresso duas propostas de emenda constitucional determinando a volta da exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão. Não é fácil aprová-las. Resta agora intensificar essa luta que já se mostrou vitoriosa em outros momentos de nossa história.

Laurindo Lalo Leal Filho, sociólogo e jornalista, é professor de Jornalismo da ECA-USP. É autor, entre outros, de “A TV sob controle – A resposta da sociedade ao poder da televisão” (Summus Editorial).

* Artigo adaptado, originalmente publicado pela Agência Carta Maior.



Giuliano Gomes Roman

)))) NOVIDADE NO ESPORTE NA RIC NOROESTE

O jornalista Nelson Júnior está à frente do Tribuna do Futebol, que a RICTV Maringá e RICTV Noroeste acabaram de lançar no Noroeste do Estado.

)))) VERÔNICA MACEDO NA NQM

A jornalista Verônica Macedo ingressou na equipe da NQM Comunicação, onde atenderá Associação Paranaense de Cultura, Spaipa, Sindesp e Construtora Plaenge.

GESTÃO

Os desafios de uma nova diretoria

Diploma, Lei de Imprensa e a Campanha Salarial são itens prioritários na pauta da nova gestão

NO DIA 18 de junho, um dia depois de ter sido eliminado do Decreto Lei 972/69 o inciso V do artigo 4.º, o qual previa a exigência do Diploma para o exercício da profissão de jornalista, os 16 integrantes da gestão "Sindicato é uma questão de Classe" tomaram posse para o triênio 2009-2012, à frente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Entidade de 63 anos, o Sindicato entra agora num ano decisivo. Além de perdermos um dos pilares de nossa regulamentação profissional, outra votação realizada no plenário do STF, em 10 de maio, acabou com a Lei de Imprensa, aniquilando alguns direitos e parte do que serviria como controle público necessário para normatizar os interesses da sociedade ante os abusos cometidos pelos donos dos meios de comunicação no Brasil.

Mas apesar desses desafios extras, colocados para a direção da entidade e para o conjunto da categoria, reforçamos aqui um compromisso assumido ao longo da campanha de tentar melhorar a prestação de serviço aos associados e as condições de trabalho dos jornalistas em redações ou assessorias de imprensa. Faz parte de nossas prioridades atender às demandas de defesa dos direitos dos jornalistas que atuam no interior do Paraná, onde o empresariado se acha acima do bem e do mal e costuma explorar trabalhadores esquecendo da legislação que nos protege (ou deveria fazê-lo).

Também são prioridades da recém-empossada gestão, aproximar nossa entidade dos movimentos sociais, lutar pela regulamentação da atividade em assessorias de comunicação; acompanhar de maneira rigorosa denúncias encaminhadas ao Ministério do Trabalho e à Procuradoria do Trabalho; buscar uma aproximação junto às escolas, estudantes, centros e diretórios aca-



)) Nova diretoria do Sindijor mostrando faixas negras em protesto contra a derrubada do diploma na cerimônia de posse

dêmicos e aos recém-formados; sem esquecer o grande trunfo desse ano que é a realização da Conferência Nacional de Comunicação, espaço no qual poderemos lutar pela verdadeira democratização desse direito fundamental da pessoa humana que são os direitos à expressão e à informação.

Essas são demandas prioritárias. Porém, talvez um desafio maior seja o nome escolhido pelos 16 diretores eleitos: se "Sindicato é uma questão de Classe", importante é lembrar aos jornalistas do Paraná que eles são, em sua grande maioria, trabalhadores assalariados.

Assim, mesmo os que são obrigados por empresários do setor a abrir empresas "transformando-se" em pessoas jurídicas para receber seus proventos mensais, o Sindicato nunca deixará de estar ao lado deles para reaver os direitos que estão sendo usurpados por seus empregadores.

A entidade é o local de luta pelos direitos de trabalhadores. Mas também é um espaço onde podemos fazer

o debate sobre a informação de qualidade, onde podemos falar sobre a necessidade de conscientizar a sociedade e onde devemos fazer com que o jornalista não perca sua perspectiva de esclarecedor da opinião pública para que ela tenha consciência. Portanto, é hora de reocupar a entidade. Ela não é da diretoria. É de todos os jornalistas do Paraná. Juntos direção e base somos mais fortes e podemos fazer da entidade um espaço de conquistas. Afinal, Sindicato é uma questão de classe.



RENOVAÇÃO DE 75% DA DIRETORIA

A renovação da diretoria atingiu 75% na última eleição. O Sindicato tem hoje quatro diretores que permaneceram da gestão "Saindo da Retranca". Aniela Almeida (Gazeta do Povo), ex-presidente, é a responsável pelas finanças da entidade. A presidência será exercida por Márcio Rodrigues (O Estado/Tribuna do Paraná), ex-diretor de Defesa Corporativa, diretoria a ser ocupada por outro que permanece: Pedro Serápio (Gazeta do Povo) que até junho ocupava a pasta de Imagem, a qual cabe hoje a Franklin de Freitas (Jornal do Estado). Maigue Ghets (Folha de Londrina) também permaneceu, mas trocou a direção de Ação para a Cidadania pela de Comunicação. No lugar de Maigue, Fernando Oliveira (Assessoria da UFPR). Além de Fernando, ingressaram pela primeira vez na entidade, Davi Macedo (Assessoria da CUT e Petroleiros) na diretoria de Relações Institucionais, Gustavo Vidal (Sindijus-PR e Sintcom-PR) na direção Executiva, Ângela Ribeiro (editora do Etc&Tão) e Carolina Diedlecki (Cooperativa Fato) comandam a Cultura, Roger Pereira (O Estado) é o diretor de Formação, Mauren Lucrécia (Pauta SJP e Assessora do deputado Luiz Carlos Setim) na diretoria de Interior, Luiz Roberto Krul (RTVE) é diretor de Saúde e Previdência, e Renata Alves Sguissardi (Assessoria da IFPR) na diretoria de Comunicação e Assessoria. Voltando à entidade depois de cinco gestões Silvia Calciolari (Coordenação da UTP) assume a diretoria de Professores e Estudantes; enquanto Wilson Soler, que já foi presidente do Sindicato de Mato Grosso do Sul, será o responsável pela pasta de Fiscalização do Exercício Profissional.

)))) MUDANÇAS NO JORNAL HORA H

O jornalista André Lopes assumiu a chefia de edição do jornal Hora H, depois da saída de Renato Lima Torres. Também Evelise Toporoski assumiu a editoria de Turismo, Cultura e Variedades no lugar de Tânia Toledo.

)))) JORNALISTAS DE MARINGÁ GANHAM PRÊMIO

Everton Barbosa e Luciana Pena, da Rádio CBN Maringá, foram os vencedores do Prêmio Senai de Reportagem na categoria Radiojornalismo, com a reportagem "Capacitação: o futuro do país".

HORAS EXTRAS NO GPP

Sindijor busca reabrir diálogo

Entidade aguarda posição da empresa para decidir sobre ação judicial

APÓS reunião com os jornalistas que trabalham nos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, o Sindicato aguarda o agendamento de uma reunião com a diretoria do Grupo Paulo Pimentel (GPP) para negociação de uma alternativa à ação coletiva que tramita na 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, em que são cobradas as horas extras trabalhadas pelos jornalistas do grupo. A negociação de um acordo com a empresa foi a alternativa encontrada pelos jornalistas do GPP e o sindicato, após o empresário Paulo Pimentel ter anunciado que fecharia um dos jornais por conta da ação. A ação, no entanto, está em fase inicial, com audiência de instrução marcada para março de 2010 e ampla possibilidade, já declarada pelos funcionários e pelo sindicato, de acordo, não representando prejuízo imediato à empresa.

Desde o início da gestão "Saindo da Retranca", encerrada dia 18 de junho, o Sindicato tem buscado resolver o que entende ser seu dever e obrigação enquanto entidade de defesa dos direitos dos profissionais que laboram nos jornais do Grupo Paulo Pimentel (GPP). O primeiro movimento foi em abril de 2007, quando representantes do Sindijor reuniram-se com a diretora administrativa do GPP, Vera Pimentel. Antes disso, em reuniões prévias com trabalhadores da "casa", foram constatados problemas estruturais e organizacionais, além, é claro, de desrespeito a determinadas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Na reunião de abril de 2007, o Sindicato entregou um documento no qual constavam reivindicações para melhorar o ambiente laboral, entre elas o pagamento de horas extras, uma vez que os jornalistas que atuam nos dois jornais do grupo (O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná) nunca receberam esse diferencial, com exceção dos feriados.

Curiosamente, nas outras empresas do GPP do ramo de comunicação (TVs Naipi, Iguazu, Cidade e Tibagi)

os jornalistas sempre receberam horas extras laboradas. Outra curiosidade: os gráficos dos dois jornais também recebem horas extras.

Depois de muitas tentativas de acordo, no dia 28 de novembro de 2008 – mais de um ano e meio depois de tentar resolver a questão de forma colaborativa – o Sindicato ingressou na Justiça do Trabalho para requerer o pagamento das horas-extras. A primeira audiência aconteceria no dia 7 de abril de 2009, mas, a pedido do grupo, foi adiada para 20 de maio, pois a empresa faria a primeira mudança de advogados.

Na primeira audiência não foi proposto acordo. Mas no início de junho, sob a orientação de outra advogada, a empresa deu sinais de que apresentaria uma proposta. Em reunião realizada na sede da empre-

sa, a diretora de Recursos Humanos, Renata Pimentel, admitiu pagar a um grupo de repórteres (não incluiu os demitidos). Negou, no entanto, que a empresa também devia a editores; assim como propôs retirar do rol dos credores os jornalistas que produzem em casa.

A direção do Sindicato aceitou a proposta. O combinado era receber a lista da diretora de RH do GPP, fazer uma reunião com os repórteres, de maneira a demonstrar se houve ou não perdas nos cálculos apresentados. Mas a planilha com os cálculos, que seria repassada num prazo de dez dias, nunca chegou ao Sindijor. Em novo contato com a direção da empresa, foi agendada uma reunião para apresentação da tabela. Mas ao invés de Renata, quem compareceu foi Paulo Pimentel. Ele falou aberta-

mente que tinha a intenção de fechar o jornal O Estado do Paraná. E colocou a culpa da decisão na ação.

Após o anúncio de possível fechamento do jornal, houve movimentação de parte dos trabalhadores para retirar o nome da ação, numa tentativa de sensibilizar o presidente do GPP a manter o jornal em funcionamento. O Sindicato e sua assessoria jurídica explicaram aos trabalhadores que eles não são parte da ação e que, por isso, não podem retirar o nome da mesma.

O Sindijor-PR, entretanto, sensível ao pedido dos trabalhadores, se comprometeu a propor uma alternativa ao empresário Paulo Pimentel. Mas, até o fechamento dessa matéria, ainda não havia conseguido agendar o encontro para apresentar a proposta.



)))) MORRE DANILO CORTES

O jornalista Carlos Danilo Costa Côrtes faleceu no dia 4 de junho. Ele foi fundador e professor do curso de Comunicação Social da instituição por 30 anos, fundou o curso de Jornalismo da Eseei e presidiu a junta interventora do Sindijor em 1964.

)))) REGINA BOSTULIM EM LIVRO DE MINICONTOS

A jornalista Regina Bostulim é co-autora do recém-lançado livro "A brisa é você", coletânea de minicontos organizada pelo escritor e editor José Marins, que inclui trabalhos de outros nove autores.

DIREITOS

Profissionais da RPC aceitam jornada estendida e banco de horas

JORNALISTAS das TVs do Grupo RPC decidiram no dia 8 de maio, em assembleia realizada por convocação do Sindijor em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel e Paranaíba, aceitar a proposta feita pela empresa, a qual prevê jornada estendida de trabalho e a criação de banco de horas de compensação anual.

As duas medidas foram propostas pela empresa, que tem planos de expandir a carga diária de trabalho dos jornalistas para sete horas e criar um banco de horas escancaradamente desvantajoso para os profissionais, prevendo compensação das horas feitas a mais no prazo de um ano.

O projeto da RPC em implantar estes acordos vem desde 2003, quando a empresa apresentou propostas tanto de compensação de banco de horas como de extensão da jornada e chegou a montar uma comissão de funcionários para elaborar uma contraproposta. A comissão trabalhou por três meses e, ao apresentar sua contraproposta, de forma inesperada, recebeu uma peremptória negativa da empresa. Na reunião presidida pelo empresário Guilherme Cunha Pereira, a contraproposta foi sequer considerada, e os empregados foram instados a dar um "sim" ou um "não" à proposta originalmente apresentada pela empresa.

Por fim, quase seis anos depois, na assembleia de maio, os jornalistas, por uma maioria inferior a dois terços, decidiram pelo fechamento do acordo conforme proposto pela empresa.

Alertas

Em comunicados, como no Boletim Extra Pauta impresso de 30 de abril de 2009, o Sindijor alertou os profissionais sobre as perdas que terão com a proposta da empresa: a RPC propôs que o aumento da jornada (de cinco para seis ou sete horas diárias, dependendo da função) seja remunerada com 50% de acréscimo e não com 100% como nós já temos garantido em nossa Convenção Coletiva

Jornalistas foram alertados pelo Sindijor sobre riscos. Apenas um dos regimes poderá ser adotado



)) Assembleia no Sindijor delibera a continuação da negociação com a RPC

de Trabalho. Há também uma forma desvantajosa de compensação, que fará o patrão se sentir confiante para prolongar ilimitadamente o turno de trabalho dos profissionais.

O Sindicato alertou, ainda, para a ilegalidade em fazer um acordo que permitisse a extensão da jornada e a criação de um banco de horas extras. A adoção concomitante de acordo de compensação e de extensão da jornada é rejeitada pela Justiça do Trabalho, havendo quanto a isto sólida jurisprudência, além de proibição expressa do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 85, IV, na qual ficou demonstrado que a habitualidade das horas extras descaracteriza o acordo de compensação de jornada).

Diante da sinalização de que os profissionais da RPC aceitariam a proposta da empresa, independente dos argumentos apresentados, o Sindijor chegou a elaborar com o Dieese uma proposta alternativa, para minorar os efeitos do aumento da

carga de trabalho. Em linhas gerais, a proposta do Sindijor/Dieese previa adicional de 75% à hora estendida. Proposta esta também rechaçada pelos jornalistas da RPC.

Uma de duas

Uma vez aceita a proposta patronal, o Sindijor se empenhou em iniciar a negociação com a empresa. Entre idas e vindas da minuta de acordo, apenas em 20 de julho a proposta ajustada pela empresa chegou ao Sindicato. A proposta da RPC, no entanto, insiste em prever os dois acordos, de extensão e compensação de horas.

Diante desta situação, no dia 22 de julho, em reunião da diretoria, o Sindijor reiterou sua posição de só aceitar o acordo de extensão da jornada. O entendimento é de que adotar ao mesmo tempo o banco de horas é uma afronta aos direitos dos trabalhadores, como já decidiu a Justiça do Trabalho.

Vale dizer que cabia ao Sindijor,

como entidade de defesa dos interesses da categoria, vislumbrar, entre os dois acordos propostos, o que se mostrava mais vantajoso aos jornalistas da RPC.

No caso, era o de extensão de jornada, visto que garante ganho financeiro imediato aos trabalhadores (embora ainda longe da proporção desejável) e não conta com os dissabores da compensação da jornada, que, nos termos propostos, seria bastante desvantajosa.

O Sindicato dos Jornalistas não dará aval a um acordo coletivo que, além de atingir os interesses dos trabalhadores, é ilegal e até mesmo inconstitucional. O Sindijor é uma entidade de representação de trabalhadores e, mesmo com autorização expressa de seus representados, não pode apoiar acordos contrários a estes mesmos trabalhadores. A simultaneidade de acordos de bancos de horas e de jornada estendida, já condenada pela Justiça do Trabalho, é exemplo disto.

PRECEDENTE

Os jornalistas do Paraná são dos poucos no Brasil a ter adicional de 100% pela hora extra (a CLT prevê 50%). Esta importante conquista da categoria é o que viabiliza a manutenção da jornada de cinco horas, que vem sendo implodida pelo patronato em todo país. O Sindijor alertou que a aceitação da extensão de jornada pela maior empregadora de jornalistas do Estado pode abrir um precedente perigoso a esta importante garantia. Outras empresas podem pretender firmar acordos coletivos no mesmo sentido, obrigando os trabalhadores a permanecer trabalhando por horas a fio sem direito a hora extra integral nem podendo compensar a contento o período trabalhado a mais.

)))) JORNALISTAS NA FOLHA ON LINE

A jornalista Karla Losse Mendes e a repórter fotográfica Letícia Moreira, que foram demitidas da Folha de Londrina, estão trabalhando em São Paulo, na Folha On Line.

)))) ANDRÉA BORDINHÃO ENTRA NA COPEL

A jornalista Andréa Bordinhão deixou a equipe do jornal O Estado de São Paulo. Ela ingressa no time de comunicação da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

DIPLOMA

Jornalistas vão tentar reverter decisão lamentável com Proposta de Emenda à Constituição

STF erra, luta continua

CONTRARIANDO todas as reivindicações do movimento sindical dos jornalistas e a opinião da ampla maioria da população, no dia 17 de junho em julgamento do Recurso Extraordinário 511.961, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, acatou o voto do ministro Gilmar Mendes considerando inconstitucional o art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 1969, que exigia o diploma de curso superior de Jornalismo, registrado pelo Ministério da Educação, para o exercício da profissão de jornalista.

A decisão, cujo acórdão ainda não foi publicado, atenta contra o principal pilar da nossa regulamentação e abre, em tese, as portas da profissão até mesmo a analfabetos. Até a publicação do acórdão, porém, nada muda e não formados não estão obtendo registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego. Os cerca de 19 mil precários, que obtiveram registro na vigência das decisões provisórias do processo, não estão sendo sindicalizados e para eles a Fenaj não está expedindo carteiras de jornalista.

No campo da defesa da informação ética e de qualidade, a luta continua. Sindijor-PR, demais sindicatos e faculdades de Jornalismo têm se engajado no esclarecimento da população sobre os riscos que a decisão representa. Já no Congresso Nacional o segundo semestre será marcado pela batalha pela aprovação de uma emenda constitucional restaurando a obrigatoriedade do diploma.

Julgamento

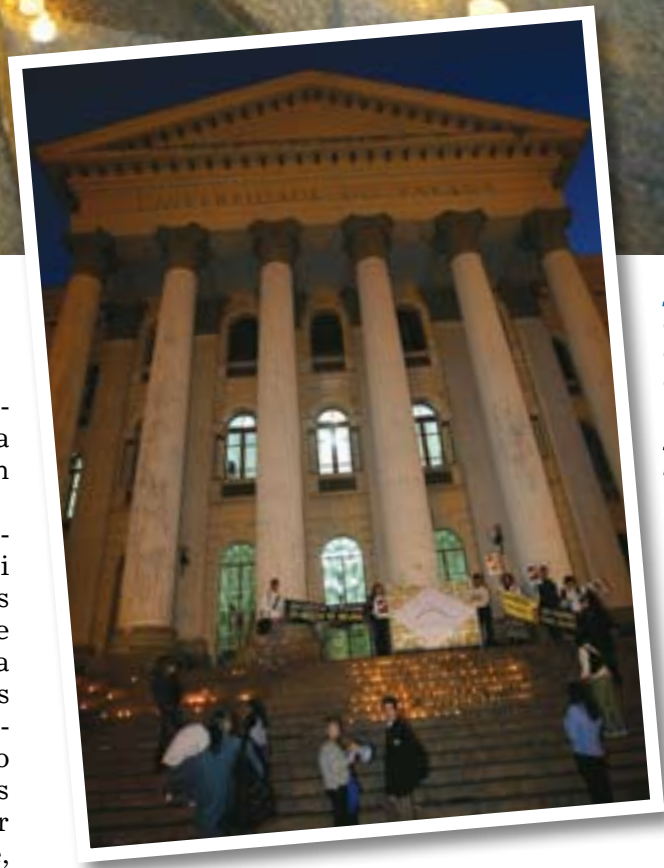
Em sua lamentável manifestação, Mendes, demonstrando completa alienação quanto à natureza da atividade jornalística, afirmou que para se trabalhar como jornalista não são necessários conhecimentos técnicos específicos e caberá às empresas de



» Vigília nas escadarias da UFPR, no dia 17 de julho, lembra um mês da absurda decisão do STF

mídia definir critérios para a contratação de profissionais. Em outro trecho de seu voto, comparou a profissão de jornalista à de chefe de cozinha ou de um profissional de moda.

Dos nove ministros presentes, sete acompanharam o voto do relator. O voto divergente foi de Marco Aurélio Mello, que considerou que, nos quarenta anos de vigência do decreto, a sociedade se organizou para dar cumprimento à exigência da formação superior específica. “Surgiram muitas faculdades, considerado o nível superior em Comunicação, gênero. E agora chegamos à conclusão de que passaremos a ter jornalistas de graduações diversas, jornalistas com diploma de nível superior e jornalistas que terão, de regra, o nível médio e,



» Velas acesas chamavam a atenção de quem passava no local

)))) 4º PRÊMIO SANGUE BOM DE JORNALISMO

O 7 de Abril, Dia do Jornalista, foi marcado pela entrega do 4º Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense, na sede do Setcepar. O prêmio contou com patrocínio do Setcepar, Bebidas Cini e Itaipu Binacional. Fotos na galeria do site do Sindijor.

)))) CHURRASCO DO DIA DO JORNALISTA

No domingo que antecedeu o Dia dos Jornalistas, o Sindijor realizou o tradicional Churrasco anual da categoria, na sede campestres do Sindijus, com patrocínio do Sindijus, Bebidas Cini e Risotolândia. Fotos na galeria do site do Sindijor.

DIPLOMA

quem sabe, até apenas o nível fundamental”, lamentou o ministro.

A decisão do STF foi a culminação de um longo processo de deterioração da profissão que ocorreu – e continua a ocorrer – por várias frentes, mas que tem a mesma origem: o patronato ávido de lucros e despreocupado com a qualidade de informação. Diuturnamente, o assédio moral, a pejotização e os salários aviltados acometem os profissionais; agora, com o resultado desta ação, fruto da persuasão patronal sobre o Ministério Público Federal, a imprensa brasileira está ameaçada pelo amadorismo e pelas práticas antiéticas que caracterizaram o Jornalismo no período anterior à profissionalização. Se a situação não for revertida, o Jornalismo se transformará em “bico” ou em atividade diminuída pela ação de pessoas despreparadas.

Reação

Atentos a todos estes riscos, os jornalistas de todo o país, por meio dos sindicatos estaduais e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), estão se mobilizando para expressar a indignação com a decisão e alertar a sociedade para os riscos da desregulamentação da atividade. O Sindijor – que vinha fazendo manifestações na Capital e apoiando iniciativas em diversas cidades do Estado antes do julgamento – realizou um ato no dia 24 de junho na esquina das Marechais, em Curitiba, com a presença de um grande número de estudantes e cobertura de diversos veículos (algumas das matérias de TV podem ser vistas no site do Sindijor), para expressar indignação ao retrocesso promovido pela mais alta corte do país.

No dia 17 de julho, no início da noite, nas escadarias do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, no Centro de Curitiba, jornalistas se reuniram para uma vigília, que contou com velas acesas e exposição de cartazes e faixas lembrando um mês da malfadada decisão do STF.

A próxima iniciativa do Sindijor é a realização de um dia de palestras com dirigentes do Sindijor sobre a importância do diploma para os estudantes de graduação das faculdades de Curitiba, provavelmente ainda no mês de agosto.

Em outra frente, o movimento dos jornalistas acontece no Congresso Nacional para a aprovação de uma emenda à Constituição que restitua



» Dois momentos de manifestações na Boca em protesto pela decisão do STF

a obrigatoriedade do diploma. Duas propostas – uma na Câmara, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e outra no Senado, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – já foram apresentadas, e está sendo articulada a criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa do Diploma, capitaneada pela deputada Rebecca Garcia (PP-AM).

Outras iniciativas procuram garantir a exigência do diploma de jornalismo para concursos públicos para a contratação de assessores de comunicação no serviço público. Um movimento iniciado pelo deputado estadual mineiro Alencar da Silveira Jr. (PDT) encontrou ecos no Paraná. O deputado estadual Marcelo Rangel (PPS) registrou na Assembleia Legislativa um projeto de lei determinando a obrigatoriedade da apresentação de diploma de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, para pleitear vaga em concursos públicos na carreira de jornalista no Estado.



)))) 14º PRÊMIO SANGUE NOVO

O Sindijor realizou no dia 5 de junho a entrega do 14º Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense em cerimônia no Senac-PR. O evento contou com patrocínio de Bebidas Cini, Itaipu Binacional e apoio do Sistema Fecomércio Sesc/Senac-PR.

)))) 3º SEMINÁRIO SANGUE NOVO

Estágio em Jornalismo e Democratização da Comunicação foram os temas do 3º Seminário Sangue Novo realizado no dia 6 de junho. O evento teve patrocínio de Bebidas Cini, Sindimetal-PR, Itaipu Binacional e apoio do Sistema Fecomércio Sesc/Senac-PR.

BALANÇO

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ
C.G.C. Nº 76.719.574/0001-86
RUA JOSÉ LOUREIRO, 211
BALANÇO PATRIMONIAL PERÍODO 01.01.2008 A 31.12.2008

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	62.644,55	PASSIVO CIRCULANTE	5.051,80
CAIXA	899,95	OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR	4.921,79
BANCO - CONTA CORRENTE	10.311,18	OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	130,01
BANCO - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.597,84		
BANCO - POUPANÇA	19.233,97		
CRÉDITO DE TERCEIROS	1.601,61		
ATIVO PERMANENTE	49.664,47		
INVESTIMENTO	1.395,00	PATRIMONIO SOCIAL	107.257,22
AÇÕES COOPERCOM	1.395,00		
IMOBILIZADO	48.269,47	RESULTADO	107.257,22
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	24.723,34	SUPERÁVIT EXERCÍCIOS ANTERIORES	136.735,78
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.827,41	DEFICIT EXERCÍCIO 2008	-29.478,56
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.991,75		
DIREITO USO TELEFONE	2.297,92		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.900,00		
BIBLIOTECA	6.030,40		
(-) DEPREC. ACUMULADA	-4.501,35		
TOTAL DO ATIVO	112.309,02	TOTAL DO PASSIVO	112.309,02

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 01.01.2008 A 31.12.2008

RECEITAS		DESPESAS	
OPERACIONAL	357.307,19	OPERACIONAL	387.095,02
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	44.693,97	PESSOAL/ENCARGOS	178.017,15
CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA	126.779,59	SERVIÇOS TERCEIROS	57.065,05
REVERSÃO SALARIAL	58.563,97	LUZ/AGUA/TELEFONE	21.637,35
ANUIDADES	19.121,65	CORREIO	5.556,32
MENSALIDADES	30.356,63	MANUTENÇÃO	25.278,79
CARTEIRA IDENTIDADE	17.493,00	MATERIAL EXPEDIENTE	5.761,89
CARTEIRA INTERNACIONAL	536,89	FENAJ - CARTEIRA DE IDENTIDADE	10.074,00
PRÉ SINDICALIZAÇÃO	71,96	FENAJ - REPASSE	10.450,83
RATEIOS	28.393,81	MENSALIDADE DIEESE	4.459,17
ANÚNCIO JORNAL EXTRA PAUTA	580,00	DOAÇÃO/BRINDE	1.880,31
PATROCÍNIO	30.000,00	JORNAL EXTRA PAUTA	13.119,03
ENC. DRT	130,48	PRÊMIO SANGUE NOVO	9.310,77
RESERVA AUDITORIO	20,00	CAMPANHA SALARIAL	558,81
XEROX	196,60	TRANSPORTE E ESTADIAS	8.580,09
RECEITA C/ EVENTOS	265,00	PROMOÇÕES	3.090,00
OUTRAS RECEITAS	103,64	EVENTOS DIVERSOS	28.214,56
		OUTRAS DESPESAS	4.040,90
RECEITA FINANCEIRA	6.907,10		
DEDUÇÕES DA RECEITA	232,83	DESPESAS FINANCEIRAS	5.965,00
COFINS	232,83		
TOTAL DAS RECEITAS	363.981,46	TOTAL DAS DESPESAS	393.060,02
RESULTADO DO PERÍODO - DÉFICIT			-29.078,56

CURITIBA-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2008

ANIELA G. DE ALMEIDA, PRESIDENTE
MARCOS A. ASSEF BRUGINSKI, DIRETORA FINANCEIRA

CONTACTO CONS. E ASSES. CONTÁBIL S/C LTDA
CESAR LUIZ KIMMEL-CONTADOR CRC/PR 027349/O-2

)))) MORRE O JORNALISTA JORGE MIGUEL NASSAR

O jornalista e radialista e ex-deputado estadual Jorge Miguel Nassar morreu em maio. Marcou época na rádio do Estado com o programa A Voz do Povo, além de ter atuado em diversas rádios.

)))) PRÊMIO UNIMED DE JORNALISMO

Abertas as inscrições ao Prêmio Unimed de Jornalismo - Edição Especial "30 anos da Federação do Paraná". Concorrem matérias com o tema "Desafios e Conquistas da Saúde Pública do Paraná".

CONFECOM

Etapa estadual será de 23 a 25 de outubro, confira agenda no blog da comissão paranaense

A chance de mudar o modelo



Deta Almeida/ blogdejadson.blogspot.com

)) Discussão na primeira Jornada pela Democratização da Mídia, na APP Sindicato. Em pauta, o racismo e o preconceito contra homossexuais na mídia

A SOCIEDADE brasileira terá este ano uma oportunidade ímpar de discutir o modelo de comunicação que temos e evoluir para formas mais democráticas e abertas de mídia. O espaço será a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, marcada para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro, em Brasília.

A convocação da Conferência, feita pelo presidente Lula em abril deste ano, é uma conquista de entidades e movimentos sociais que historicamente lutam pela democratização da comunicação no País. Pela primeira vez, políticas públicas de comunicação serão debatidas com o conjunto da sociedade

de brasileira. As definições do setor sempre ocorreram dentro de gabinetes e foram construídas com base nas conversas entre governos e empresários. Com a conferência a idéia é que a sociedade discuta, entre

uma enormidade de temas, as concessões de rádio e televisão, o controle público do conteúdo midiático, a imagem da mulher na mídia, a regulação da internet, TV e rádio digital.

O processo de construção

da Confecom está agora na fase de discussão do regimento interno pela Comissão Nacional Organizadora, composta por oito representantes do Executivo Federal, 16 representantes da sociedade civil, divididos entre

entidades do movimento social (sete) - uma delas a Fenaj, representando os jornalistas -, organizações do setor privado-comercial (oito) e mídia pública (um). O temor de que o setor empresarial fosse privilegiado na composição da CNO, em detrimento do movimento social, se configurou. Ainda não satisfeitos, ao longo do planejamento, os patrões de rádio e TV vêm sabotando as tentativas de construção do regimento. Tentaram impor condições à participação no processo, como a garantia das atuais concessões.

Independente disso, prossegue a organização nos estados para as etapas regionais. No Paraná, o Governo do Estado, convocou a conferência estadual para outubro. A mobilização está sendo conduzida pela comissão pró-conferência paranaense, instituída oficialmente em novembro do ano passado. O Sindijor, junto com outras 25 entidades, compõe a comissão local. Para se informar mais sobre o assunto ou conferir a agenda das reuniões operativas que acontecem semanalmente e demais eventos, basta acessar o blog: <http://proconferencia-parana.com.br>.

CORTES

Folha de Londrina demite metade da sucursal de Curitiba

Folha acaba com a versão curitibana do jornal, faz demissão coletiva e Sindijor busca direitos dos jornalistas

NO DIA 8 de junho, o sonho acabou para os 35 jornalistas que trabalhavam na sucursal de Curitiba da Folha de Londrina. Naquele dia o jornal comunicou a demissão de mais da metade da redação. Dezoito dos 35 jornalistas foram dispensados ao mesmo tempo em que a empresa abandonava um projeto iniciado um ano antes, de fazer duas edições diferenciadas do jornal, uma voltada para o leitor de Londrina e interior e outra dirigida para o públi-

co de Curitiba e região.

Ao encerrar a edição de Curitiba, o jornal mostrou, mais uma vez, que planejamento é uma prática inexistente no dia-a-dia da empresa. Há cerca de dois anos, a empresa começou a investir no leitor da Capital. O jornal criou o caderno Curitiba e implantou a versão diferenciada para a Capital, passando a editar os cadernos de Cidades e de Esportes, bem como a capa do jornal, em Curitiba.

Para dar conta dessas mu-

danças, foram contratados mais repórteres, fotógrafos e dois diagramadores. O jornal também montou um setor de telemarketing com dez operadores. A princípio, falava-se em um projeto para dar retorno em três anos. Não foi o que aconteceu. Um ano depois, o jornal desmontou o telemarketing e, em seguida, demitiu e acabou com a versão curitibana do jornal.

No dia seguinte aos cortes, o Sindijor agendou uma mesa-redonda na Superintendência Regional do Trabalho

e Emprego. Na reunião, dia 15 de maio, o Sindijor cobrou o desrespeito à cláusula 36 da nossa Convenção Coletiva, a qual estabelece um rito para as demissões coletivas. O Sindicato também solicitou algumas compensações para os demitidos, como a manutenção do plano de saúde por tempo proporcional ao tempo de casa. A Folha não aceitou nenhuma proposta do Sindijor, que entrou na justiça com ação de cumprimento de cláusula e pela recontração de todos os 18 demitidos.

BIBLIOTECA DA COMUNICAÇÃO

COMO FALAR NO RÁDIO - PRÁTICA DE LOCUÇÃO AM E FM

Cyro César, São Paulo: Summus Editorial, 2009, 296 pp. R\$ 58,50

Esta é uma obra destinada não só a profissionais

do rádio como àqueles que pretendem ingressar na carreira radiofônica. Publicação única no gênero, trata-se de um verdadeiro manual sobre a prática de locução. Em linguagem clara e direta, Cyro César expõe aqui sua longa experiência – como radialista, professor e especialista em qualificar pessoas para o mercado. Entre os tópicos abordados na obra a história do rádio, características da linguagem radiofônica, exercícios e técnicas de locução, desenvolvimento, criação e apresentação de noticiários, o rádio e as novas tecnologias. O livro conta ainda com comentários de Fernando Henrique Cardoso, Osmar Santos, Paulo Machado de Carvalho, Paulinho Leite, entre outros. Cyro César é jornalista e radialista, especialista em qualificação profissional para rádio. Atuou como locutor, produtor e coordenador em inúmeras emissoras paulistas. É presidente da Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, que ajudou a fundar. Publicou, entre outros livros, Rádio – A mídia da emoção (Summus, 2005)

PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA – MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES DO SÉCULO XXI

Luciene Ricciotti Vasconcelos. São Paulo: Summus Editorial, 144 p., R\$ 32,20

Nesta obra, a autora oferece orientação para pensar a comunicação de forma integrada e multidisciplinar. Mais do que ditar regras e conceitos, ela mostra que é preciso conhecer, entender e praticar os elementos que envolvem um planejamento de comunicação eficaz. De forma simples e estruturada, Luciene mostra um caminho seguro para os

profissionais do setor e os empresários envolvidos no planejamento, na busca dos objetivos corporativos. A obra apresenta uma ampla visão da área de marketing nos dias atuais, destaca as transformações sofridas e posiciona as ferramentas do composto de comunicação dentro do marketing mix, permitindo entender a complexa função do planejamento de comunicação nas empresas. No livro, Luciene reúne os mais atuais conceitos da comunicação integrada de marketing, que apontam, há décadas, a importância de pensar a comunicação de forma multidisciplinar. Para exemplificar, apresenta cases de sucesso e diversos exercícios práticos. Ela também ensina alguns passos essenciais para atingir o retorno desejado. Planejar a comunicação é muito mais do que escolher o que vai ser dito em uma campanha e fazer propaganda em jornais e revistas. É analisar e diagnosticar corretamente um problema específico e encontrar uma solução estratégica, potencializando o mercado em estudo por meio das mais variadas ferramentas do composto de comunicação, incluindo as tradicionais.

ÉTICA, JORNALISMO E NOVA MÍDIA – UMA MORAL PROVISÓRIA

Caio Túlio Costa, São Paulo: Zahar, 2009, 288 pp, R\$ 39,90

Esse livro não apresenta um manual com

listas de certo e errado nem oferece lições de conduta para os profissionais da mídia. O objetivo é investigar como o jornalismo tem sido praticado do ponto de vista da moralidade – desde seu surgimento até os dias de hoje, marcados por um intenso fogo cruzado de novos meios de comunicação, a nova mídia. A pedra fundamental da reflexão sobre a imprensa foi lançada em 1690, quando o alemão Tobias Peucer defendeu uma pioneira tese de doutorado sobre o tema. Em poucas páginas, ele já apontava questões que continuam na ordem do dia e são abordadas com impressionante senso crítico neste livro. Entre elas destacam-se as contradições do jornalismo como “negócio” e, ao mesmo tempo, atividade de interesse público; os limites

da objetividade e da imparcialidade; a busca da precisão num cotidiano premido pela urgência; os ideais de verdade, justiça e credibilidade. O autor mostra que o grande desafio do jornalismo no século XXI é manter sua identidade em uma rede saturada de informações emitidas pelos mais diversos meios. Caio Túlio Costa, doutor em ciências da comunicação pela USP, é professor e executivo na área de comunicação. Dirigiu o Internet Group (iG) e o UOL, que ajudou a fundar. Foi também o primeiro ombudsman da imprensa brasileira, na Folha de S.Paulo. Entre seus livros estão Cale-se e Ombudsman: O relógio de Pascal.

MULHERES E CRIANÇAS NA IMPRENSA PAULISTA, 1920-1940: EDUCAÇÃO E HISTÓRIA

Raquel Discini de Campos, São Paulo, Edunesp, 224 p., preço não definido

Nesta obra, Raquel Discini

de Campos extrai do jornalismo e da publicidade regional concepções próprias a respeito da cultura que permeava os meios de comunicação do Estado de São Paulo na primeira metade do século XX, particularmente no que diz respeito às mulheres e às crianças, como personagens da vida pública do período. A obra reflete sobre a longa duração das representações culturais que perduram até os dias atuais. História da moda, da beleza, do culto à “esbeltez” e da maternidade, no que concerne à história das mulheres; e à ingenuidade, à pureza ou à marginalidade, no que diz respeito à história das crianças e dos adolescentes. Trata-se do retrato de uma época em que os jornais não só contavam o que acontecia no mundo, mas também procuravam formá-lo. Longe de uma visão maniqueísta de História, a autora busca demonstrar como os jornais tentavam educar o público leitor utilizando-se de diversos artifícios. A obra é o resultado de uma tese de doutorado em História da Educação e foi premiada pelo “Prêmio Estímulo Nelson Seixas” de São José do Rio Preto.

TABELA DE PREÇOS - Agosto de 2009

SALÁRIOS DE INGRESSO

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.961,82
Editor	2.550,37
Pauteiro	2.550,37
Editor chefe	2.942,73
Chefe de setor	2.942,73
Chefe de reportagem	2.942,73

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE**Assessoria de imprensa**

Serviço mensal local	1.961,82
----------------------	----------

Redação

Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	105,27
---------------------------------------	--------

Mais de duas fontes:	50% a mais
----------------------	------------

Edição por página

Tablóide	136,33
----------	--------

Standard	163,35
----------	--------

Diagramação por página

Tablóide	68,18
----------	-------

Standard	92,96
----------	-------

Revista	50,67
---------	-------

Tablita / Ofício / A4	34,63
-----------------------	-------

Revisão

Lauda (1.440 caracteres)	27,43
--------------------------	-------

Tablóide	57,30
----------	-------

Tablita	43,21
---------	-------

Standard	119,81
----------	--------

Ilustração

Cor	162,65
-----	--------

P&B	108,30
-----	--------

Reportagem fotográfica – ARFOC (tabela nova)**Reportagem Editorial**

Saída cor ou P&B até 3 horas	266,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	401,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	678,00
------------------------------	--------

Adicional por foto solicitada	98,00
-------------------------------	-------

Foto de arquivo para uso editorial	268,00
------------------------------------	--------

Reportagem Comercial/Institucional

Saída cor ou P&B até 3 horas	370,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	587,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	978,00
------------------------------	--------

Adicional por foto	130,00
--------------------	--------

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante

Saída até 5 horas	289,00
-------------------	--------

Saída até 8 horas	354,00
-------------------	--------

Adicional por hora	100%
--------------------	------

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais (interna)	580,00
------------------------------	--------

Anúncio de Revista (interna)	624,00
------------------------------	--------

Capa de Disco, calendário, revista, jornal	978,00
--	--------

Outdoor	1.230,00
---------	----------

Cartazes, Folhetos e Camisetas	401,00
--------------------------------	--------

Audiovisual até 50 unidades	1.661,00
-----------------------------	----------

Audiovisual acima de 50 unidades	a combinar
----------------------------------	------------

Diária em reportagem que inclui viagem	a combinar
--	------------

Reportagem aérea internacional	a combinar
--------------------------------	------------

Hora técnica	78,00
--------------	-------

Observações importantes: Lembramos que os valores acima referem-se apenas ao trabalho do profissional, incluído o uso do equipamento básico necessário para se executar uma cobertura fotográfica. Despesas com filmes, revelações, provas - contato, cópias, duplicatas, molduras, transmissões, transporte, alimentação, hospedagem, seguro de vida, credenciamento, dentre outras, correm por conta do contratante. Trabalhos realizados entre 22 e 6 horas, aos domingos e feriados e as saídas mistas (p & b e cor) serão acrescidas em 50%. Conforme a Lei 9610/98 o fotógrafo realiza um trabalho de criação intelectual, que não pode ser confundido com mera prestação de serviços, portanto a LICENÇA DE REPRODUÇÃO DE OBRA FOTOGRÁFICA é um documento legal de cobrança e deve substituir a nota fiscal de serviços. O crédito na foto é um direito do autor, obrigação de quem quer que divulgue, previsto pela Lei 9.610, de 19/02/1998. Trabalhos publicados sem crédito, junto à foto, sofrerão multa de 50% sobre seu valor, conforme a Lei 9.610 de 19/02/98. Na republicação, será cobrado 100% do valor da tabela. A foto editorial não pode ter utilização comercial. Certifique-se que a pessoa que vai lhe prestar o serviço de fotogrametria, é um profissional habilitado. EXIJA A IDENTIFICAÇÃO DE REPÓRTER FOTOGRÁFICO. Sugestões deverão ser encaminhadas ao Sindicato através do fax 41 224-9296 ou Correio Eletrônico: sindijor@sindijor.org.br

)))) PRÊMIO JOÃO VALIANTE DE JORNALISMO

A Associação Brasileira do Alumínio recebe inscrições ao 6º Prêmio João Valiante de Jornalismo. Concorrem reportagens sobre reciclagem do alumínio. Informações em www.expoaluminio.com.br

)))) IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM LIVRO DE JORNALISTA

A jornalista e pesquisadora Zélia Sell lançou o livro "Altdeutschen - Alemães Antigos de 1829 - A História Que Não Foi Contada", um resgate dos pioneiros germânicos chegados ao Brasil.

HISTÓRIA

Emerson Castro*

UM OUTRO horizonte foi estabelecido no momento em que se aceitou a possibilidade do conflito como fato natural de um processo dentro do Sindicato. Isso ocorreu especialmente na tomada de decisão da ação sindical, quando num curto período de cinco anos – entre 1959 e 1964 – os jornalistas paranaenses aproximaram-se de uma condição uníssona sem paralelo em sua própria história. Os reflexos, já apontados, indicam não só na direção da melhoria das condições gerais dos jornalistas, mas, sobretudo, da perspectiva que estes passaram a ter quanto às relações com as empresas jornalísticas e destas com a comunidade.

Naquele momento, a movimentação geral dos trabalhadores no país também convergia para isso. Mas observe-se que os jornalistas viveram entre 1955 e 1964 seu período de construção do Sindicato, mantendo coerentemente uma estreita interação, inicialmente com o movimento sindical nacional de jornalistas e, mais tarde, em profundidade com o movimento geral dos trabalhadores.

Vale aqui uma rápida lembrança à situação das eleições de 1961, em que se procurou compor uma chapa com grupos divergentes e que estavam na iminência de se enfrentar. O diálogo então prevaleceu na composição de uma chapa única, mas logo em seguida, no primeiro embate ideológico concreto que surgiu, houve uma ruptura e dois membros desligaram-se da diretoria. Apesar disso, o grupo predominante conseguiu manter suas propostas e fez uma das gestões mais ativas que os jornalistas paranaenses tinham visto até então.

Na situação de 1985, o diálogo foi evitado, o conflito também prevaleceu, e o resultado acabou sendo semelhante, pelo menos em termos de predominância do grupo que estava no comando do Sindicato. A diferença é que em 1961 as forças predominantes no Sindicato estavam em contato permanente com as movimentações nacionais e do conjunto dos trabalhadores, portanto pressupõe-se também da base dos jornalistas. Isto se confirma pelas movimentações grevistas em 1962 e 1963 e pela ampliação do intercâmbio promovido pelo próprio

Para que serve um sindicato de jornalistas (II)

Sindicato nos Encontros Estaduais, não por coincidência, também em 1962 e 1963.

O que aconteceu entre 1970 e 1976 também pode ajudar a elucidar o problema. O que aparentemente se verificou é que a direção sindical e a base dos jornalistas fizeram um pacto velado para que a entidade fosse mantida ativa, mas sem mobilizações. Naquele momento a diretoria estava perfeitamente integrada à situação geral, que não propiciava condições de mobilização pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, obtinha reajustes inclusive maiores que a inflação.

Esse não era o mesmo caso das forças que predominavam em 1985, quando a movimentação geral no país era de reivindicações, de ascensão consolidada dos trabalhadores como força social e política. A prática estabelecida pela diretoria, sobretudo a partir de 1983, não buscava a mobilização das bases, como observado nas campanhas salariais a partir daquele ano – independentemente das tentativas de ação de mobilização de lideranças que surgiam.

Ao observar as três situações, percebe-se que a idéia de se evitar o conflito sempre é problemática para

quem está na direção do Sindicato, mas é maior na medida em que as forças que predominam na direção sindical adotam movimento diferente do que o esperado pela base. Mais cedo ou mais tarde, o conflito virá em dose redobrada e as marcas deixadas são profundas.

Por fim, duas questões restam abordar. Como se define, enfim, a identidade social dos jornalistas paranaenses e em que direção seu movimento sindical estaria avançando?

As duas questões estão interligadas. Uma identidade que não se define completamente, porque instável na medida em que as forças que pressionam a demarcação de seus limites permanecem neste movimento constante. Mais que isso, elas se renovam, exigindo constante esforço reinterpretativo desses atores, seja no Sindicato e nas redações dos veículos de comunicação, seja nas faculdades, visando seu próprio reconhecimento.

Dito isto, o movimento sindical dos jornalistas estaria, de certa forma, balançando na mesma indefinição: ora tendo a frente um grupo profissional com características de atividade liberal, ora com características nitidamente de trabalhadores

assalariados, ou por vezes uma terceira, híbrida.

Outra forma de perceber a situação é na indefinição da identidade. Num lado, estão profissionais que vêm como parte da natureza do Jornalismo uma nítida função social e transferem-na da atividade para uma ação sindical; e de outro, profissionais que vêm a natureza jornalística incompatível com a ação sindical como extensão da atividade. Estes últimos estabelecem um outro ponto de vista para a atividade sindical, exclusivamente voltado para a ação de ordem trabalhista, ou seja, um objeto concebido com um viés menos ideológico.

Mais uma vez, o avanço sindical dos jornalistas está condicionado à sua capacidade de reinterpretar a identidade social mutante dos jornalistas, de identificar permanentemente os pontos de reconhecimento e de pertencimento em andamento dentro do grupo, mas especialmente nunca se distanciando do mesmo esforço feito pelas movimentações nacionais de jornalistas e dos trabalhadores em geral.

*Emerson Castro
é jornalista e professor.

)))) JORNALISTA DEIXA RTVE E PARTE PARA ITÁLIA

A jornalista Tassy Santiago deixou a Rádio e TV Educativa. Ela vai morar na Itália e projeta ir para Austrália. Além de trabalhar, deve cursar mestrado em Sociologia Política.

)))) MARIA DUARTE NA ASSEMBLÉIA

A jornalista Maria Duarte, que exercia função de editora de Cidades na sucursal de Curitiba da Folha de Londrina está agora na assessoria de imprensa do deputado estadual Durval Amaral na Assembléia Legislativa.

FUTURO

Lançado o FENAJPrev, a previdência dos jornalistas sindicalizados

Jornalistas filiados ao Sindijor podem ingressar no plano administrado pela Petros



Breno Pataro/SJPMG

)) **Diretor de Saúde e Previdência do Sindijor-PR, Luiz Roberto Krul assina adesão ao FENAJprev, ao lado do presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, do ministro da Previdência, José Pimentel, e do presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas, Aloísio Morais**

FOI LANÇADO em Belo Horizonte, no dia 28 de maio, o FENAJprev, um plano de previdência complementar, administrado pela Petros, destinado a jornalistas filiados a um dos sindicatos instituidores – entre os quais está o Sindijor-PR, que foi representado no ato pelo novo diretor de Saúde e Previdência, Luiz Roberto Krul. A cerimônia, com a presença de representantes da Fenaj, da Petros, dos sete sindicatos instituidores e do ministro da Previdência Social, José Pimentel, deflagrou o início das atividades do plano.

No FENAJprev não há limite mínimo de idade para adesão e a partir dos 55 anos de idade o participante já poderá ter direito a uma renda. Nele haverá, opcionalmente, a condição de o participante contratar coberturas extraordinárias para benefícios de risco, como morte e invalidez, que serão oferecidas por uma seguradora.

O presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, lembrou que a combatividade, contestação e rebeldia que sempre marcaram a história dos Sindicatos dos Jornalistas no País não exime seus dirigentes de buscarem agregar reivindicações relacionadas à saúde e à previdência da categoria. “Estamos oferecendo a possibilidade para os jornalistas planejarem e buscarem dignidade em suas vidas no futuro”, disse Sérgio Murillo.

Para mais informações sobre o plano acesse <http://www.petros.com.br/petros-site/servicos/hotsitefenajprev/design/html/index.html>, onde é possível se fazer uma simulação de planos.

ORIENTE-SE SOBRE O FENAJPREV:

JÁ SOU ASSOCIADO AO SINDICATO, O QUE DEVO FAZER PARA ME INSCREVER NO PLANO FENAJPREV?

Você pode se associar pelo telefone da Petros (0800 025 35 45) ou pela internet (www.petros.com.br). Para isso, preencha os formulários no próprio site e imprima-os. Assine o documento com os seus dados já preenchidos e remeta-o para o seguinte endereço: Petros: Rua do Ouvidor, 98 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.040-030.

NÃO SOU SINDICALIZADO. O QUE DEVO FAZER?

Procure o Sindijor-PR pelo telefone (41) 3224-9296, de preferência com as fichas de sindicalização (disponíveis no site www.sindijorpr.org.br) preenchidas.

COMO FUNCIONA O PLANO FENAJPREV?

O participante contribui, mensalmente, para formar um fundo que é investido em aplicações financeiras até a aposentadoria. O valor das contribuições é pré-fixado, mas pode ser revisto anualmente nos meses de junho e dezembro. A renda que o participante vai receber no futuro dependerá do saldo acumulado ao longo dos anos e da rentabilidade obtida com a aplicação destes recursos. Por isso, quanto maior o tempo e o valor da contribuição, maior será o valor do saldo e, consequentemente, da renda na aposentadoria. Opcionalmente, o participante também poderá contratar coberturas adicionais para os benefícios de invalidez e morte, protegendo assim a sua família.

QUEM É RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO FENAJPREV?

A responsabilidade pela administração do Plano FENAJprev é da Petros, uma instituição sólida

que desde 1970 atua no mercado de previdência complementar para empresas e também faz a gestão de planos para sindicatos, associações, conselhos de classe e cooperativas.

QUAIS AS VANTAGENS DE SE INSCREVER NO PLANO FENAJPREV?

No Plano FENAJprev você ganha em rentabilidade e paga menores taxas do que se fizesse um plano individual, como um PGBL. Há ainda vantagens fiscais, uma vez que contribuições realizadas para a previdência complementar podem ser deduzidas do Imposto de Renda, até o limite de 12% do total dos rendimentos anuais. A dedução é feita na declaração do Imposto de Renda à Receita Federal.

QUAL A IDADE MÍNIMA PARA RECEBER A RENDA DE APOSENTADORIA?

A renda de aposentadoria pode ser recebida a partir dos 60 anos e 5 anos de contribuição para o Plano. No entanto, a renda pode ser requerida na forma antecipada a partir dos 55 anos.

A QUALQUER MOMENTO É POSSÍVEL RESGATAR TUDO O QUE ACUMULEI DE UMA SÓ VEZ?

Sim, você terá direito ao resgate, desde que não esteja recebendo benefício do FENAJprev. Esse resgate poderá ser feito de uma só vez ou em até 12 parcelas. Só não poderão ser resgatados os recursos portados de uma entidade fechada de previdência, os quais deverão ser portados para outra entidade de previdência antes do recebimento do resgate.

COMO ACOMPANHAR O SALDO ACUMULADO NO PLANO?

Periodicamente você receberá pelo correio um extrato com a movimentação de sua conta.